



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**EMENTA: LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS –  
DIREÇÃO TÉCNICA DE FARMACÊUTICOS – REGISTRO  
JUNTO AO CRF – DIREÇÃO TÉCNICA DE MÉDICO –  
REGISTRO JUNTO AO CRM.**

**Referência: Protocolo CFM nº 1160/98  
ORIGEM: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA  
INTERESSADO: DR. L.A. C. H. – PRESIDENTE  
PARECER Nº 80/98 do Setor Jurídico  
Aprovado em Reunião de Diretoria do dia 30/4/1998.**

**PARECER**

Trata-se de consulta formulada pelo Presidente do Conselho Regional de Medicina – CRM, na qual postula os quesitos abaixo elencados, quais sejam:

*“Dúvidas têm surgido no tocante ao registro de empresas. No caso ora em estudo, temos um Laboratório de Análises Clínicas, de propriedade de um médico, mas que só emprega farmacêuticos e não emprega médicos. O médico proprietário exerce apenas funções administrativas na dita empresa.*

*Indagamos o seguinte:*

*I – a referida empresa está obrigada a inscrever-se no CRM? Obriga-se a se inscrever no Conselho Regional de Farmácia (CRF)? Ou tem o dever de se inscrever simultaneamente no CRM e CRF?*

*II – E no caso do Laboratório de Análises Clínicas ter, como empregados, médicos e farmacêuticos? Em qual dos Conselhos teria que se inscrever, no CRM ou no CRF? Ou seria onerado com uma dupla contribuição, tendo que ser inscrito nos 2 Conselhos?”*

Este Setor Jurídico foi instado a se manifestar sobre o assunto.

A responsabilidade técnica por laboratórios de análises clínicas está estatuída na legislação vigente, a qual, na espécie, é o Decreto nº 20.931 de 11 de janeiro de 1932. O Decreto “regula o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira no Brasil (...)”. O artigo 24 do referido Decreto assim dispõe:

*“Os institutos hospitalares de qualquer natureza, públicos ou particulares, os laboratórios de análises clínicas, os laboratórios de soros, vacinas e outros produtos biológicos, os gabinetes de raios X e os institutos de psicoterapia, fisioterapia e ortopedia e os estabelecimentos de duchas ou banhos medicinais, só poderão funcionar sob responsabilidade e direção técnica de médicos ou farmacêuticos, nos casos compatíveis com esta profissão,*

*sendo indispensável, para seu funcionamento, licença da autoridade sanitária”. (sublinhamos)*

À vista do exposto, os laboratórios de análises clínicas poderão funcionar também sob a responsabilidade de farmacêutico, se compatível com a profissão.

Os Conselhos de Medicina funcionam, precipuamente, como órgãos supervisores da ética profissional dos médicos. O poder fiscalizatório dos CRM's, portanto, está adstrito a essa função, qual seja, a fiscalização do exercício profissional de médico.

A sua competência legal para fiscalizar laboratórios de análises clínicas está limitada àqueles em que exista uma direção técnica exercida por um médico. Doutra sorte, estaria extravasando a sua competência legal de trabalhar pelo perfeito desempenho ético da medicina.

Por outro lado, interessa perquirir em qual Conselho de Fiscalização estes devem se inscrever, ou melhor, qual a entidade fiscalizadora terá “jurisdição” sobre os laboratórios de análises clínicas.

Inicialmente, vale destacar o parecer nº 22/93 do Conselho Federal de Medicina, aprovado em sessão plenária no dia 10 de dezembro de 1993, que de certa forma direciona a questão. O relator do parecer, Conselheiro Wilson Seffair Bulbol, após percuciente análise da questão de fundo, concluiu:

“CONCLUSÃO:

.....  
*Diante do exposto se executam atos de análises clínicas e de patologia clínica a Direção Técnica deverá ser exercida exclusivamente por médico. Em laboratórios que executam exclusivamente análises clínicas não há obrigatoriedade de ser médico seu técnico.”(grifamos)*

Cabe trazer a lume, ainda, a Lei nº 6.839/80 que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício da profissão, *in litteris*:

*“Art. 1º - o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórias nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestam serviços a terceiros.”(grifamos e negritamos)*

A obrigatoriedade do registro decorre em função da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviço a terceiro.

A Lei nº 6.839/80 caracteriza a obrigação em razão de sua atividade preponderante, *in casu*, a prestação da assistência médica à população prestada pelos estabelecimentos hospitalares.

A inscrição da empresa no órgão fiscalizador da profissão de acordo com a sua atividade preponderante, já foi tema de julgamento do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, *in verbis*:

*“ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS. EXIGÊNCIA DE REGISTRO. ATIVIDADE MEIO.*

*1. Não cabe exigir registro no Conselho Regional de Enfermagem, de hospital devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina.*

*2. O definidor no nosso sistema é o registro único, ou seja, basta o registro pela atividade básica. (Lei nº 6.839/80)*

*3. Apelo a que se nega provimento.” Apelação Cível nº 96.01.02662-2-MG – Primeira Turma – Em 24/06/97 (grifamos)*

## **CONCLUSÃO**

À vista do exposto, como não há obrigatoriedade de ser médico o técnico dos laboratórios que executam exclusivamente análises clínicas, bem como a sua atividade básica não é a assistência médica a terceiros, tais laboratórios não são “jurisdicionados” dos Conselhos de Medicina e, por via de consequência, entendemos que a sua inscrição nestes Conselhos não é obrigatória, devendo registrar-se tão-somente no Conselho Regional de Farmácia.

Entretanto, os exames citohistoanatomopatológicos são de competência e responsabilidade exclusiva do profissional médico.

Assim, se a direção técnica do laboratório for exercida por médico, este deverá registrar-se junto ao Conselho Regional de Medicina pertinente, tendo em conta que, dessa forma, está albergado pela competência legal dos CRM's para fiscalizar.

É o que nos parece, s.m.j.

Brasília, 23 de março de 1998.

Claudia G. Pena Nogueira de Queiroz  
Assessora Jurídica

*prot1160*